

# Novo ingrediente na crise do ensino

Eduardo Brito

Que o ensino brasileiro enfrenta sérios problemas todo mundo já sabe. As queixas com relação à sua discutível qualidade, ao custo elevado demais, à lentidão em modernizar-se e incorporar novas técnicas têm sido intensamente debatidas. No entanto, há agora um ingrediente a mais. É que a crise econômica está trazendo um novo impacto sobre todas essas mazelas.

A revelação é da professora Stella dos Cherubins, secretária de Educação do Distrito Federal: na virada de 1990 para 1991 nada menos do que 40 mil estudantes a mais procuraram a rede pública de ensino de Brasília. Só na Ceilândia o acréscimo na demanda foi de dez mil crianças. Mesmo no Plano Piloto, onde havia um declínio na pressão de ano para ano, a situação inverteu-se e, em 1991, a procura ultrapassou a registrada no período anterior.

A razão para isso é evidente. Um número crescente de estudantes e de suas famílias deixou de dirigir-se para as escolas particulares por não ter mais condições de arcar com seus custos. Não se trata sequer de discutir se o ensino particular no Brasil está caro ou barato, se as mensalidades são altas ou baixas. Trata-se do reconhecimento de que não se teve mais como arcar com essa despesa. O Produto Interno Bruto caiu, mostram os dados oficiais, e isso significa empobrecimento.

Foi, no período das matrículas de 1991 que esse impacto começou a se fazer sentir. A nova demanda gerada a partir daí será atendida, mas também a um custo. Haverá necessidade de mais professores, mais material didático, mais espaço físico, mais móveis e, inclusive, mais merenda escolar.

O Distrito Federal ainda pode, apesar das conhecidas deficiências, fazer frente a essas

JAN/MAR 1991

novas exigências. Mas não é o que acontece em muitas outras regiões do País. Até na Grande São Paulo, área às vezes chamada de Bélgica brasileira, existem escolas funcionando em quatro e até cinco turnos. Isso significa que, diante do excesso de matrículas, aumentam-se os períodos de aula ao mesmo tempo em que se reduz a duração de cada um deles. Em vez de três períodos de quatro horas cada um, tem-se cinco de duas horas e meia. Descontado o tempo da merenda, as crianças ficam menos de duas horas na escola.

A origem do problema todo está, claro, na falta de recursos. Essa carência atenuou-se, graças ao esforço do senador João Calmon, com o restabelecimento da vinculação de uma parcela da receita de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino. Hoje, a vinculação está inscrita na Constituição, em seu Artigo 212. No entanto, sabidamente os recursos são mal gastos.

Lembra ainda a professora Stella dos Cherubins que em muitos estados a administração, politicamente, privilegiou as atividades-meio sobre as atividades-fim, na área da educação. É a praga do empreguismo, com roupa nova. Há aí não apenas a contratação de novos funcionários como a transferência de professores das escolas para as escrivaninhas, igualmente pelo jogo de influências.

Em outras palavras, os recursos destinados à educação chegam aos órgãos encarregados de repassá-las, mas nunca alcançam as salas de aula. Passam apenas a inchar a burocracia intermediária. É um mal que não se restringe à escola pública de nível fundamental, estendendo-se a universidades e até mesmo ao ensino privado, onde se criam fundações para nutri-las com essas verbas. O clientelismo político, de roupa nova, agradece.